

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado cede e aceita MPs sem comissão mista..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita dá acesso a declarações de IR para facilitar trabalho do "contador da família"
..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Sob protestos, Macron eleva idade de aposentadoria sem aval dos deputados..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos suspendem operação com consignado após corte de juros..... 8

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
SEGURIDADE SOCIAL

Órgãos estratégicos do Executivo federal têm 190 mil cargos vagos..... 9

VALOR ONLINE - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi mexeu em vespeiro com juros do consignado..... 13

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Programa espião foi usado para vaziar dados..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Promessas não dissiparão as incertezas (Editorial)..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária vai prever sistema contra sonegação e fraude..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Proposta é do Congresso, com apoio do governo"..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária (Artigo)..... 23

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Luiza Trajano faz coro pela queda dos juros e diz que Lula 'não vai ter déficit público porque não é doido'
..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

DPVAT deve voltar em 2024..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula teme acusação de estelionato eleitoral em debate sobre regra fiscal..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Setor imobiliário pede que nova regra fiscal ajude a conter juro..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Redução da inadimplência e indicadores operacionais puxam resultado da CPFL..... 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Nova âncora fiscal tem primeiro teste..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Meta individual para diferentes despesas enfrenta resistência..... 33

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Bancos Centrais podem reduzir taxas de juros para aliviar crise de crédito (Artigo)
..... 35

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Crise em bancos estrangeiros traz dilema monetário (Editorial)..... 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Investir em educação é urgente para avanço do PIB, mostra estudo..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

Fazenda define ações para apoio ao agro..... 40

Senado cede e aceita MPs sem comissão mista

Vandson Lima, Raphael Di Cunto e Caetano Tonet De Brasília

O Senado deve apresentar na próxima semana uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera o rito das Medidas Provisórias (MP). A proposta suprimiria as comissões mistas para discussão da matéria e criaria um revezamento, na qual a tramitação das MPs começaria ora pela Câmara, ora pelo Senado.

A mudança, caso ocorra, representa uma vitória do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que se recusa a retornar ao modelo antigo de tramitação de Medidas Provisórias.

Antes, as propostas eram primeiro discutidas por comissão mista, composta por deputados e senadores, e depois pelos plenários da Câmara e do Senado.

Por conta da pandemia, um ato firmado em 2020 permitiu extraordinariamente que as MPs tramitassem em regime excepcional, com discussão e deliberação diretamente em plenário. Isso deu mais poder a Lira, pois ele passou a indicar os relatores das MPs e não quer perder essa prerrogativa.

Interlocutores de Lira disseram ao Valor que ele aceita a alternância, que seria inclusive uma proposta dele, mas que ainda não foi procurado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para discutir essa possibilidade.

O presidente da Câmara tem dito que o formato de tramitação das MPs por meio das comissões mistas é "antidemocrático", já que a Câmara estaria subrepresentada.

Nas comissões mistas, são 12 deputados e igual número de senadores, sendo que a Câmara conta com 513 parlamentares e o Senado, com apenas 81.

Representantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso trabalham por uma solução rápida com a PEC. Eles temem que, mantido o impasse, as 15 MPs já editadas pela atual gestão corram risco de perder a validade.

A PEC é um arranjo onde todos cedem um pouco. Lira

aceita abrir mão da prerrogativa de sempre começar as MPs e as divide com o Senado, mas evita um possível revés por via judicial. O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o rito constitucional seja retomado.

A Corte ainda não se manifestou.

"Se essa proposta de entendimento ficar de pé, não há vencidos nem vencedores. É um novo rito, que na minha opinião, é um aprimoramento", afirmou o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), que participou ontem da reunião de líderes do Senado na residência oficial do presidente do Senado. Segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), "interessa para o governo a resolução o quanto antes dessa controvérsia, temos 15 medidas provisórias importantíssimas [já editadas]", alegou.

Por isso, a ideia é que, havendo acordo entre Câmara e Senado, a PEC seja aprovada e promulgada nas próximas semanas, por acordo.

"A ideia é adotar uma PEC que institua a alternância da Casa iniciadora.

É a melhor forma de resolver a situação agora, preservando os poderes da Câmara e do Senado", disse Randolfe. Para as MPs já existentes, que estão paradas, ficaria valendo o trâmite atual, com todas elas começando pela Câmara. O novo sistema valeria apenas para MPs editadas a partir da promulgação.

Alguns pontos ainda precisam ser acertados, como a definição de prazos que Câmara e Senado teriam para analisar as Medidas Provisórias, que perdem a validade se não forem aprovadas pelo Congresso após 120 dias. Lira tem defendido um prazo de 90 dias na Casa que iniciar a tramitação de MP e 30 dias na Casa revisora.

Também está em discussão uma regra, ainda não definida, para evitar que o governo consiga escolher por qual das Casas vai começar a MP.

Entre as MPs que estão paradas no Congresso, está a que altera a regra de desempate de decisões do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

(**CARF**), considerada fundamental pela equipe econômica para o ajuste fiscal.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187494?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187494?page=1§ion=1)**

Receita dá acesso a declarações de IR para facilitar trabalho do "contador da família"

LETYCIA CARDOSO letyfia.cardoso@oglobo.com.br

Não é raro um parente ficar com a responsabilidade de fazer o Imposto de Renda de toda a família. Ciente disso, a **Receita Federal** vai permitir que essa pessoa tenha acesso à declaração pré-preenchida dos demais. Mas há um limite de cinco CPFs. Com o acesso, o "contador da família" poderá checar os dados, incluir informações e enviar o documento para o acerto de contas com o Fisco. O prazo para entrega da declaração começou no último dia 15 e vai até 31 de maio.

A autorização vale por seis meses e pode ser revogada a qualquer momento, explica a professora da FGV Direito Rio, Bianca Xavier.

A declaração pré-preenchida é uma espécie de rascunho.

Ao optar por usar essa modalidade, a Receita baixa todas as informações que constam na base do governo, informadas por outros contribuintes com os quais houve relacionamento em 2022, como médicos, escolas, bancos e empresas em que trabalhou.

O acesso ao documento é feito pela conta Gov.br, nível ouro ou prata, que têm padrões mais rígidos. Para conseguir esse nível de segurança, basta seguir alguns procedimentos ditados pela Receita, como fazer a biometria facial.

Para ter acesso às declarações pré-preenchidas de outras pessoas, basta entrar no conta no Gov.br, clicando no lado direito e informar o seu CPF e a senha da conta Gov.br.

Com a autorização aceita, o contribuinte será redirecionado automaticamente ao site do e-CAC. Ao clicar em "Declarações e demonstrativos" e deve-se clicar em "Meu Imposto de Renda" e em "Autorização de acesso".

Nesse momento, a pessoa será direcionado para a Central de Autorizações. Para permitir outra pessoa a acessar sua declaração, vá na aba "Concedida", o primeiro item, e informe o CPF da pessoa a ser autorizada.

No campo "Válido até", coloque a duração desta

autorização.

Vai aparecer a pergunta se você deseja autorizar a pessoa a acessar sua declaração. Cheque os dados dela e verifique se estão corretos. Se estiverem corretos, pode autorizar.

Por questões de segurança, é necessário escolher uma única pessoa que ficará responsável pelo envio da sua declaração.

Essa pessoa também pode acompanhar o processamento para conferir se sua declaração caiu na malha fina.

Quem for preencher as declarações pode ficar responsável por cinco autorizações de acesso. Dessa forma, ele poderá fazer a própria declaração e de mais outros cinco contribuintes.

Para isso, é necessário que ele faça a confirmação no e-CAC. Caso receba a autorização de acesso a um CPF desconhecido, pode recusar.

O acesso pode ser dado a amigo, parente ou contador.

Segundo a **Receita Federal**, o objetivo é facilitar o processo para pessoas que fazem a própria declaração e de familiares, evitando erros e diminuindo a fila de documentos que precisem ser analisados manualmente por servidores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Sob protestos, Macron eleva idade de aposentadoria sem aval dos deputados



Manifestantes entram em confronto com polícia em Nantes, oeste da França, após governo aprovar reforma sem votação no Parlamento

O presidente francês, Emmanuel Macron, invocou ontem um artigo da Constituição que lhe permite aprovar o aumento da idade de aposentadoria sem a aprovação do Parlamento, agravando a crise política e a insatisfação popular na França.

Em retaliação, os deputados anunciaram uma moção de censura que pode destituir a premiê Élisabeth Borne.

Nos últimos dez dias, milhares de franceses foram às ruas e fizeram greve contra a reforma, que seria submetida à votação dos deputados após ser aprovada no Senado. O resultado, no entanto, era incerto, porque Macron não tem maioria na Assembleia Nacional.

A reforma eleva a idade mínima para aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030 e prolonga os anos de contribuição para acesso à pensão integral, de 42 para 43 anos, a partir de 2027. O projeto também amplia a idade de aposentadoria de algumas profissões especiais, como garis, bombeiros, policiais e enfermeiros, de 57 para 59 anos.

RISCO ALTO. O artigo 49.3 da Constituição, usado por Macron, permite a aprovação de projetos do governo sem a chancela parlamentar. Desde a revisão constitucional de 2008, o uso do artigo é limitado a um único texto por sessão parlamentar, com exceção de projetos de finanças e **seguridade social**.

Desde 1958, o artigo 49.3 foi acionado 100 vezes: 33 vezes por um presidente de direita, 56 vezes pela esquerda. O recorde absoluto é do socialista Michel Rocard, que o invocou 28 vezes, numa época em que o uso não era limitado.

A premiê Borne já usou o artigo 11 vezes, sempre

diante de impasses em votações de projetos de lei no campo das finanças públicas, mas nunca em uma reforma tão grande quanto esta. O uso do artigo cancelou o debate parlamentar e Borne deixou o plenário sob vaias e gritos de "democracia". A premiê disse que o governo optou pelo artigo por estar convencido de que a reforma é a única solução para que a França não recorra a empréstimos.

Nos corredores do Palácio do Eliseu, sede do governo, Macron teria dito a interlocutores que "os riscos econômicos eram muito grandes, caso a lei tivesse sido rejeitada pelos deputados".

Questionada sobre o futuro da premiê, Marie Le Pen, um dos principais nomes da oposição, defendeu a destituição de Borne. "Isso me parece evidente.

É um fracasso total desse governo." APOIO. Desde quarta-feira, Macron negociava o voto dos deputados, o que evitaria o uso do artigo, mas foi impossível convencer a bancada de esquerda, que ontem protestou cantando A Marselhesa, hino nacional francês, durante o pronunciamento da premiê.

Até poucos minutos antes da votação, Macron ainda mantinha uma série de reuniões com figuras políticas importantes.

Quando ficou claro que não tinha votos suficientes para aprovar a reforma, ele optou por usar o artigo constitucional.

Apenas 23% dos franceses aprovam a reforma da previdência, segundo o instituto de pesquisa Ifop, um dos principais do país. Em 2010, quando a última reforma foi aprovada, o índice era de 53%.

"Macron não percebe o que está atacando", disse Marc Mouty, de 61 anos, ex-trabalhador ferroviário, durante protesto em Paris. Manifestações, greves e paralisações de escolas, transporte público, refinarias de combustível e usinas de energia evidenciam o descontentamento generalizado.

Cronologia

30 anos de disputas sobre a previdência

I 1993: Primeira reforma Governo de Edouard Balladur

aumenta de 37,5 para 40 anos o tempo de trabalho mínimo para a pensão integral.

I 1995: Revolta Greves paralisam a França e o governo Alain Juppé recua do plano de impor ao setor público 40 anos de contribuição.

I 2003: Aumento Apesar dos protestos, governo de Jean-Pierre Raffarin aprova projeto aumentando para 42 anos o tempo de contribuição.

I 2007: Acordo Apesar de vários dias de greve, maquinistas aceitam plano do presidente Nicolás Sarkozy para que trabalhem o mesmo tempo que os outros funcionários públicos.

I 2010: Idade Sarkozy consegue aumentar a idade mínima de aposentadoria de 60 para 62 anos.

I 2014: Novo aumento O governo do presidente François Hollande aprova o aumento gradual de contribuição para 43 anos.

Mudança A reforma eleva a idade mínima para aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030

Perguntas Respostas

O projeto que ameaça a popularidade de Macron

I Por que os protestos?

Esta é a segunda vez que os planos de Macron encontram resistência. Em 2019, a primeira tentativa foi engavetada após protestos. Agora, Macron retomou a questão, mas com uma diferença: a alteração da idade de aposentadoria.

I Qual o plano de Macron?

O presidente pretende equilibrar o sistema previdenciário, fazendo com que os franceses trabalhem por mais tempo. O governo argumenta que o aumento da expectativa de vida deixou o sistema em estado precário. Em 2000, havia 2,1 trabalhadores contribuindo para cada aposentado.

Em 2020, essa relação caiu para 1,7. Em 2070, deve ser de 1,2. Para manter o sistema viável, o governo quer aumentar gradualmente a idade de aposentadoria em três meses a cada ano, até atingir 64 anos em 2030.

I Por que a reforma é tão impopular?

Críticos e opositores argumentam que Macron rejeita outras maneiras de equilibrar o sistema previdenciário, como aumentar os **impostos** sobre a folha de

pagamento, dissociar as pensões da **inflação** ou aumentar os **impostos** dos ricos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bancos suspendem operação com consignado após corte de juros

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Os bancos começaram a suspender ontem, temporariamente, a concessão de crédito consignado para aposentados após o Conselho Nacional de **Previdência Social** reduzir de 2,14% para 1,70% ao mês o teto de juros para essas operações de crédito. O teto também recuou de 3,06% para 2,62% para as operações com cartão consignado.

Entre os bancos que anunciaram a decisão, estão Itaú Unibanco, Mercantil Brasil, Banco Pan, Daycoval e Agibank. O Estadão apurou que os bancos públicos - BB e Caixa - também suspenderam a operação, mas oficialmente eles não se manifestaram.

A mudança nos juros no momento atual de restrição da oferta de crédito foi feita à revelia da Fazenda, que alertou o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, de que a medida poderia ter efeito negativo: restringir a oferta do empréstimo aos segurados do **INSS**. A área econômica defende uma reversão, apesar do custo político para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cerca de 14,5 milhões de aposentados do **INSS** têm empréstimo consignado, com valor médio de R\$ 1.576,19.

Lupi comemorou nas redes sociais a decisão, afirmando que a redução dos juros é uma bandeira do governo.

Segundo apurou o Estadão, entre os argumentos que foram levados ao Palácio do Planalto para a reversão da medida, está o de que a oferta do consignado será fortemente reduzida porque, com o novo teto de juros, a margem de lucro das instituições financeiras nas operações deverá ficar negativa - margem que já estava próxima de zero com o teto de 2,14%.

Nesse cenário, os aposentados poderiam acabar sendo obrigados a recorrer a linhas mais caras que estão disponíveis no mercado. O problema maior é que 42% dos tomadores do crédito consignado do **INSS** estão negativados. A taxa de juros para o crédito negativado é de 20% ao mês.

Cada instituição tem sua estratégia, diz Febraban

"Cada banco tem sua estratégia comercial de negócio na concessão de linhas de crédito e não houve

qualquer decisão coletiva", disse ao Estadão a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Segundo a entidade, como essa decisão não é uma iniciativa setorial cada banco tem sua política comercial de concessão de crédito, não cabendo reportar à Febraban as linhas de crédito que concedem ou deixam de conceder.

Em nota, a entidade destacou que o teto de juros do consignado tinha subido de 1,80% para 2,14% ao mês no momento em que a taxa básica de juros (Selic) estava em 9,25% ao ano. "E, agora, com a Selic de 13,75% ao ano, o teto foi reduzido para 1,70% ao mês", destaca a entidade.

Ao Estadão, o Itaú Unibanco confirmou a suspensão. Em nota, o Banco Pan afirmou que, "em função da redução do teto de juros aprovada pelo Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS), suspendeu temporariamente novas operações consignadas do **INSS**".

O Banco Daycoval disse que irá suspender temporariamente as operações e que "decidiu concentrar esforços para a operação de empréstimo consignado para funcionários públicos nos 200 convênios ativos".

O Banco Mercantil do Brasil também suspendeu as operações e disse que está "avaliando a situação e ajustando o produto às novas condições".

O PagBank PagSeguro informou que não está mais operando com empréstimos consignados do **INSS** pelo canal de correspondentes bancário.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-03-17>

Órgãos estratégicos do Executivo federal têm 190 mil cargos vagos

Brasília / **Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília**

O Poder Executivo federal tem 190.196 cargos vagos em órgãos estratégicos, como ministérios, institutos e agências. O levantamento feito pelo R7 - a partir das informações mais recentes do portal de Dados Abertos do governo federal - considerou os 20 órgãos com o maior número de cargos vagos.

O número representa 68,8% dos postos civis disponíveis na administração pública direta, autarquias e fundações, sem contar o Banco Central. Entre os motivos que levam às vacâncias, estão exonerações, morte de servidores, transferências de pessoal e aposentadorias (confira, ao fim desta reportagem, as cinco funções com mais desocupações em cada órgão).

Todo ano, os órgãos da administração pública enviam ao organismo central - hoje, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - as demandas necessárias para recompor o quadro de pessoal. Cabe à pasta federal, após receber os pedidos de todas as estruturas ligadas à União, a liberação de novas contratações.

Entre os ministérios, Economia, Saúde e Educação lideram a lista. Estruturas caras ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também estão esvaziadas, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Áreas de inteligência, controle e segurança também carecem de servidores. É o caso dos comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Controladoria-Geral da União (CGU).

Procurado pela reportagem, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informou que o número de cargos vagos no Executivo federal "reflete um acumulado de demandas históricas que perpassa décadas de administração pública". De acordo com a pasta, o preenchimento das funções "está condicionado a uma série de fatores, que incluem prioridades dadas às diferentes políticas públicas e limitações orçamentárias e jurídicas".

"Há, além disso, um processo intenso em andamento de digitalização de serviços públicos, o que, naturalmente, reduz a necessidade de mão de obra para algumas áreas de atuação. O fato, portanto, de haver cerca de 200 mil cargos vagos não significa que há deficiência no atendimento, defasagem ou que a administração necessite dessa força de trabalho. Significa, apenas, que há uma margem de atuação que o Estado poderá usar conforme as necessidades", escreveu, em nota, o ministério.

O órgão se comprometeu, ainda, a "autorizar, à medida do possível, a recomposição das áreas estratégicas de governo, observada a disponibilidade orçamentária".

Para o advogado e doutor em direito constitucional Acacio Miranda da Silva Filho, é possível que essas vacâncias sejam resolvidas desde que qualificados e preenchidos os requisitos necessários ao cumprimento e à nomeação ao cargo.

O especialista ressalta, contudo, que as funções podem não ter sido preenchidas por falta de recursos. "Uma das formas de conter os gastos públicos é por meio de exonerações. Então é necessário que se observe a existência de verbas de custeio suficientes para a manutenção desses cargos", observa Miranda.

Equilibrar o orçamento com a carência de servidores é um desafio de Lula. Apesar de o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos alegar que os cargos vagos não interferem na prestação de serviços públicos, o especialista afirma que as vacâncias podem, sim, ser prejudiciais ao funcionamento do governo.

"Quando estabelecidos os cargos e as atribuições, cada órgão tem prioridades. A partir do momento em que há cargos vagos, consequentemente, as atribuições e prioridades não estão sendo alcançadas", destaca.

Desde 2017, o número de servidores ativos no Poder Executivo federal está em diminuição. Apesar da queda, a despesa liquidada permaneceu no mesmo patamar. Naquele ano, a administração pública contava com 634,2 mil funcionários, com gastos de R\$ 92,5 bilhões. Em 2022, o governo federal passou a ter

565 mil servidores, com custo de 95,68 bilhões.

As saídas do funcionalismo público são maiores do que os ingressos desde 2017, quando 27,3 mil pessoas deixaram a administração e 18,4 mil entraram. No ano passado, a União registrou 11,6 mil novos servidores, contra 14,9 mil que deixaram as funções. As informações são do Observatório de Pessoal do governo federal.

Ministério da Economia

Auditor-fiscal da **Receita Federal**: 12.393

Analista tributário da **Receita Federal**: 10.654

Agente administrativo: 3.894

Perito médico federal: 2.384

Assistente técnico-administrativo: 1.250

Ministério da Saúde

Médico: 22.207

Agente administrativo: 7.129

Enfermeiro: 2.277

Auxiliar de enfermagem: 1.783

Odontólogo (30 horas): 845

Ministério da Educação

Professor de ensino básico técnico e tecnológico: 7.188

Professor do magistério superior: 3.098

Médico-área: 2.070

Tradutor intérprete de Libras: 1.557

Auxiliar de enfermagem: 1.101

Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**)

Técnico do seguro social: 20.995

Analista do seguro social: 2.437

Supervisor médico pericial: 340

Contador: 194

Técnico de contabilidade: 164

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Técnico de informações geográficas e estatísticas: 3.978

Técnico de planejamento e gestão em informações geográficas e estatísticas: 2.520

Tecnólogo em informações geográficas e estatísticas: 468

Analista de planejamento e gestão em informações geográficas e estatísticas: 412

Pesquisador em informações geográficas: 103

Ministério da Agricultura e Pecuária

Agente administrativo: 1.456

Auditor fiscal federal agropecuário: 1.228

Agente de inspeção sanitária industrial de produção de origem animal: 935

Agente de atividades agropecuárias: 791

Auxiliar operacional em agropecuária: 353

Comando da Marinha

Agente administrativo: 1.441

Engenheiro de tecnologia militar: 894

Técnico de tecnologia militar: 676

Artífice de estrutura de obras e metalurgia: 618

Analista de tecnologia militar: 388

Comando da Aeronáutica

Agente administrativo: 1.502

Técnico de tecnologia militar: 1.023

Assistente em ciência e tecnologia: 725

Tecnologista: 442

Controlador de tráfego aéreo: 242

Comando do Exército

Agente administrativo: 1.839

Enfermeiro: 430	Agente de polícia federal classe especial: 715
Médico: 323	Agente administrativo: 548
Professor de ensino básico, técnico e tecnológico: 298	Agente de polícia federal 3ª classe: 278
Técnico de tecnologia militar: 291	Escrivão de polícia federal classe especial: 274
Agência Brasileira de Inteligência (Abin)	Delegado de polícia federal classe especial: 145
Oficial de inteligência: 1.417	Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)
Agente de inteligência: 877	Agente em indigenismo: 1.669
Oficial técnico de inteligência: 334	Indigenista especializado: 152
Agente técnico de inteligência: 211	Professor de 1º grau: 140
Agente administrativo: 107	Técnico de contabilidade: 94
Controladoria-Geral da União (CGU)	Técnico de enfermagem: 36
Técnico federal de finanças e controle: 1.628	Advocacia-Geral da União (AGU)
Auditor federal de finanças e controle: 1.206	Advogado da União: 718
Agente administrativo: 15	Procurador federal: 696
Administrador: 11	Agente administrativo: 423
Arquivista: 5	Administrador: 68
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Assistente em administração: 42
Assistente em ciência e tecnologia: 701	Ministério do Trabalho
Técnico: 544	Auditor fiscal do trabalho: 1.605
Tecnologista: 498	Agente administrativo: 33
Pesquisador: 342	Perito médico previdenciário: 18
Analista em ciência e tecnologia: 310	Supervisor médico-pericial: 17
Ministério das Relações Exteriores	Perito médico federal: 12
Técnico em comunicação social: 1.125	Ministério da Defesa
Bibliotecário: 770	Médico: 520
Arquivista: 385	Técnico em atividades médico-hospitalares: 443
Terceiro secretário (carreira de diplomacia): 164	Especialista em atividades hospitalares: 201
Segundo secretário (carreira de diplomacia): 141	Analista em ciência e tecnologia: 137
Departamento de Polícia Federal	Assistente em ciência e tecnologia: 105

Instituto Chico Mendes de Conservação da
Biodiversidade (ICMBio)

Analista ambiental: 612

Técnico administrativo: 589

Analista administrativo: 114

Técnico ambiental: 55

Assistente administrativo: 1

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Agente administrativo: 467

Analista técnico de políticas sociais: 170

Analista técnico administrativo: 139

Agente federal de execução penal: 85

Técnico em assuntos educacionais: 25

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/organos-estrategicos-do-executivo-federal-tem-190-mil-cargos-vagos-17032023>

Lupi mexeu em vespeiro com juros do consignado

Por Cláudia Safatle

Começou ontem a prática de um teto de juros de 1,70% ao mês para o crédito consignado dos aposentados do **INSS**, conforme decisão de segunda feira do Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS).

O Ministério da Fazenda e a Casa Civil, no entanto, estão debruçados sobre uma alternativa a essa medida, que aparentemente beneficiaria os aposentados, mas que os atinge em cheio.

Bancos suspendem crédito e aguardam solução do governo

Ontem os bancos divulgaram nota avisando que estão suspensas, por tempo indeterminado, as operações de concessão de crédito novo, refinanciamento e portabilidade para o consignado do **INSS**.

O resultado da decisão do CNPS, cujo placar foi de 12 votos a favor e apenas 3 contra, portanto, vai ser secar a oferta de crédito, sobretudo para os aposentados com menor renda e para o público com idade mais avançada. Os de mais idade, quando morrem, a dívida simplesmente desaparece, entrando nas estatísticas de inadimplência, onde respondem por 70%.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, comemorou a decisão do CNPS, que preside, por considerar que as taxas cobradas anteriormente eram "abusivas" justamente com as pessoas mais vulneráveis. "Vejo essas taxas atuais como abusivas para os beneficiários do **INSS**, que são pessoas, em sua grande maioria, extremamente vulneráveis", disse ele em nota oficial logo após a reunião.

Na prática, porém, o CNPS inviabilizou o crédito consignado para as pessoas que mais necessitam de crédito mais barato. Assim como tornou difícil a vida das 77 mil pequenas e médias empresas e 240 mil agentes de crédito (os "pastinhas"), que atuam como correspondentes bancários. E, de forma inadvertida, jogou alguns milhões de aposentados em linhas bem mais caras dos bancos, no colo de agiotas ou no rotativo dos cartões, que cobra 400% de juros ao ano. A taxa de juros do não consignado é de, em média, 5,2% ao mês. Nas financeiras, ela é de 20% ao mês.

Com os juros mensais em 2,14%, vários bancos - no total, são 27 instituições que operam com o consignado - especialmente os de pequeno e médio porte, já vinham apresentando uma rentabilidade próxima de zero.

Aliás, a taxa foi aumentada em dezembro de 2021, quando era de 1,80% e passou para 2,14%. Isso porque a taxa básica de juros, a Selic, chegou a 9,25% naquela ocasião. Agora, ignorando-se completamente a racionalidade econômica, com a Selic em 13,75%, o ministro da Previdência opta pela ideologia e aplaude a decisão do CNPS. E transforma em negativa uma rentabilidade que era muito próxima de zero.

O Conselho Monetário Nacional determinou, em 2013, que os bancos têm que controlar a viabilidade econômica da operação. Ou seja, eles não podem operar com margem de rentabilidade negativa na concessão de crédito consignado. O Banco Central, que é o órgão regulador do sistema financeiro e cuida da sua saúde e resiliência, não foi consultado nem a Fazenda.

Dos 31,6 milhões de aposentados do **INSS**, 14,5 milhões tomam empréstimo consignado. E desses, 42% estão negativados, ou seja, não conseguem crédito de outra forma, e uma parte importante deles usa o consignado como complementação de renda. Foi nesse vespeiro que Lupi mexeu. Na tentativa de proteger os aposentados ele está os prejudicando. Vai empurrá-los para linhas de crédito mais caras.

A estrutura de custos do crédito consignado é o custo de captação, que consumia a metade do teto de 2,14%.

Os bancos médios pagam até 120% do CDI (para emprestar em média por dois anos). O custo do funding, que é estimado em 1,12%, mais o custo de distribuição, que é de 0,38%, e a inadimplência, que é de 0,19%, já pegam boa parte do custo total.

Isso somado ao custo de processamento pago à Dataprev, mais PIS/Cofins, além de pessoal e outros custos administrativos, resultam em uma margem negativa de 0,23% antes de pagar o Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica (IRPJ) e a CSLL. Foi por esta razão que ontem os bancos privados anunciaram a suspensão da concessão de crédito,

seja novo, seja para refinar a dívida. ou, ainda, o pedido de portabilidade.

Banco do Brasil e Caixa, que respondem por 11% do crédito consignado, cobravam taxas maiores do que 1,70%. O BB operava com 1,96%, e a Caixa, com 1,84%. Eram as menores taxas do mercado. A justificativa é que eles têm um menor custo de captação de recursos.

O fato, porém, é que não se deve mexer em temas complexos com vontade de fazer populismo.

Afinal, este é um mercado de crédito que movimenta mais de R\$ 5 bilhões por mês, em média. Em janeiro foram mais de R\$ 7 bilhões em crédito consignado, justamente em um momento em que o governo gostaria de ver expansão de crédito, e não uma contração.

Claudia Safatle é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Lupi mexeu em vespeiro com juros do consignado

Site: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/lupi-mexeu-em-vespeiro-com-juros-do-consignado.ghtml>

Programa espião foi usado para vaziar dados



Monitoramento. A Abin utilizou por três anos o "FirstMile", que possibilitava vigiar os passos de até 10 mil pessoas por ano

DIMITRIUS DANTAS E PATRIK CAMPOREZ
política@oglobo.com.br BRASÍLIA

A Polícia Federal vai apurar a utilização de um programa secreto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) capaz de monitorar a localização de cidadãos em todo o país, mas não será a primeira vez que a ferramenta entrará no foco de um inquérito. Em 2019, uma operação que mirava o vazamento de informações sigilosas de investigações em Santa Catarina se deparou com o mesmo tipo de espionagem clandestina.

Uma mensagem de voz obtida pela PF durante a Operação Chabu mostrou na prática como um gerente de uma empresa que vendia equipamentos de espionagem conseguia acessar a localização de qualquer pessoa no país apenas com base no número de celular. A empresa que ele representava era a Suntech, a mesma que, um ano antes, havia vendido o "FirstMile", o programa espião, para a Abin.

Como revelou o GLOBO, a Abin usou por três anos o "FirstMile", que oferecia à agência a possibilidade de vigiar os passos de até 10 mil pessoas por ano com base em informações de aparelhos celulares. O órgão, contudo, não possui autorização legal para acessar dados privados.

No ano passado, dois ex-representantes da Suntech viraram réus em uma ação penal sob acusação de vender dados confidenciais de investigações para políticos e empresários.

Eles deixaram a empresa após a operação.

Entre as provas colhidas estão áudios trocados entre

os dois que, segundo apontou a PF, indicam que eles possuíam acesso à localização de alvos por meio de dados transferidos pelos aparelhos celulares às chamadas Estações Rádio Base (ERB), torres que fazem a conexão com as operadoras de telefonia.

"O negócio é golpe, provavelmente de dentro da penitenciária.

Eu estava vendo a localização do celular do cara.

O celular dele está em Campo Grande (...) Da ERB onde ele está acampado dá 7 km da Penitenciária de Trânsito ali em Campo Grande", afirma trecho de mensagem trocada entre os dois ex-representantes da empresa sobre um número de telefone que eles monitoravam.

"ACESSO INDEVIDO" Ao aceitar a denúncia, em junho do ano passado, a juíza Janaina Cassol Machado, da Justiça Federal de Santa Catarina, afirmou que os dois utilizavam sua condição de representantes do programa de vigilância para oferecer "acesso indevido a informações sigilosas de investigações criminais".

"A fala dá indícios de que Luciano da Cunha Teixeira possui acesso às ERB -Estação Rádio Base -de todo o país. Note-se que o investigado identifica com precisão, a partir de seu estado de origem, que o usuário de determinada linha telefônica está realizando a ligação de um ponto específico da cidade de Campo Grande.

Ainda não há elementos para que seja possível apontar de forma segura o método por ele utilizado para acesso à posição georreferenciada dos proprietários de linhas de telefone celular", afirma a juíza em sua decisão.

Os dois ex-representantes da Suntech não participaram da negociação com a Abin. Na ocasião, a fabricante da ferramenta foi representada por Caio Cruz, filho do general Santos Cruz, ex-ministro no governo de Jair Bolsonaro.

Procurada, a Suntech não se manifestou sobre as investigações envolvendo seus ex-representantes.

Ontem, a Polícia Federal abriu inquérito para investigar a utilização do programa pela Abin. A determinação partiu do ministro da Justiça, Flávio Dino, que encaminhou um ofício à PF solicitando a

apuração de possível prática de crimes contra a administração pública e de associação criminosa envolvendo a utilização do sistema.

"Os fatos, da forma como se apresentam, podem configurar crimes contra a Administração Pública e de associação criminosa tipificados no Código Penal, entre outros.

No caso, havendo lesões a serviços e interesses da União, assim como à vista da possível repercussão interestadual do itinerário em tese criminoso, impõe-se a atuação investigativa da Polícia Federal", diz trecho do documento assinado por Dino.

Em outra frente, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, já afirmou que o caso também será levado à Controladoria- Geral da União (CGU), que tem por função acompanhar ações disciplinares envolvendo **servidores públicos**.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

PASSOS VIGIADOS Abin utilizou programa secreto para monitorar deslocamentos



A FERRAMENTA

A FirstMile, desenvolvida pela israelense Cognyte, ofereceu à Abin a possibilidade de identificar a localização de área de aparelhos que usam redes 2G, 3G e 4G.



CONTRATAÇÃO

A Agência adquiriu o sistema, com dispensa de licitação, por R\$ 5,7 milhões no fim de 2018.



PERÍODO

A ferramenta foi utilizada ao longo do governo de Jair Bolsonaro até meados de 2021.

COMO FUNCIONA



O programa rastreia o paradeiro de uma pessoa a partir de dados transferidos de seu celular para torres de telecomunicações em diferentes regiões.

Para isso, bastava digitar o número de um celular no programa, que exibia num mapa a última localização do dono da linha.

O sistema oferecia acesso ao histórico de deslocamentos e até "alertas em tempo real" de movimentações de um alvo.

Editoria de Arte

Promessas não dissiparão as incertezas (Editorial)

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) é centro de excelência de produção de dados econométricos e de pesquisas em macroeconomia.

As opiniões de seus quadros são, assim, um importante termômetro para medir as expectativas em relação ao futuro da economia. No último seminário sobre a Conjuntura Econômica do Ibre, realizado em parceria com o Estadão com a participação dos pesquisadores José Julio Senna, Silvia Matos e Armando Castelar, prevaleceu não o pessimismo, nem tampouco o otimismo, mas um estado de suspensão - porém, com uma conotação mais de apreensão do que de esperança.

O cenário internacional é ambivalente.

Por um lado, há ventos favoráveis ao Brasil, em especial pela alta das commodities e a reabertura da China.

Por outro, está claro que as pressões inflacionárias seguirão em escala global, levando o Fed, o banco central (BC) americano, a alertar para apertos na política monetária.

Didaticamente, J.J. Senna listou seis itens que resumem as dificuldades do BC brasileiro: os juros reais estão altos; a expectativa de **inflação** é alta; as projeções apontam uma **inflação** em "U", ou seja, cai, depois sobe; a **inflação** projetada está acima da meta; os juros nos EUA estão subindo; e, mais importante, o ajuste fiscal, até agora, é só uma promessa.

O governo oscila entre propagandear perspectivas otimistas sobre o crescimento e conjurar de antemão bodes expiatórios para justificar seu possível fracasso, como a política de juros do BC, mas pouco tem feito para gerar expectativas de superávit fiscal sustentável que facilitariam a queda dos juros.

Até agora, o que se tem de certeza é o aumento dos gastos calcado no discurso da "herança maldita". Mas a "licença" para gastar R\$ 200 bilhões via PEC da Transição foi muito além da mera recomposição da verba para programas sociais e elevou a projeção do déficit primário para R\$ 231 bilhões. Depois, acenou-se a novas despesas, como o aumento do salário mínimo, combinadas a isenções na tabela do Imposto

de Renda. Não que essas medidas não sejam defensáveis. O problema é que, em relação às medidas consequentes para neutralizar seus impactos nas contas públicas, só há projeções irrealistas sobre o aumento de receitas e um mar de incertezas sobre a **reforma tributária** e, mais urgente, o arcabouço fiscal.

"Nada substitui um ajuste fiscal robusto e no fundo isso significa levar ao extremo o raciocínio original do ministro da Fazenda (Fernando Haddad), a coordenação da política fiscal e da monetária", disse J.J. Senna. "Evidentemente, o ajuste que precisa ser feito é do lado da política fiscal." Esse ajuste logo de início permitiria virar a página da **inflação**, possibilitando ao governo planejar suas políticas com juros mais baixos. De imediato, esse remédio amargo imporá freios aos estímulos estatais ao crescimento e é esse o ônus que o governo quer evitar.

Mas a hesitação só tem prolongado as incertezas, gerando comportamentos erráticos e contraditórios. Por um lado, por exemplo, o governo aprovou a reoneração dos combustíveis. Por outro, a título de compensação, tributou as exportações do petróleo. Mas isso desestimula investidores e traz insegurança jurídica para o setor. Ou seja, em termos de crescimento, os ganhos imediatos hoje custarão o dobro amanhã.

Como afirmou Castelar, "na ausência de alguma coisa que segure o gasto, o governo está tentando aumentar a arrecadação tributária". Mas, com isso, as expectativas de **inflação** seguem subindo.

Se a pressão política sobre o BC levar a um afrouxamento precoce da política monetária, essas expectativas subirão ainda mais. Depois de mais um voo de galinha, isso poderia pôr o País na rota da estagflação em 2024.

O resumo do seminário Estadão/ FGV é simples: não há atalhos, não há mágica. O governo pode bater o quanto quiser no BC, pode lançar mão dos eufemismos que quiser para evitar a temível palavra "teto". Mas sem uma fórmula transparente, clara e inequívoca para o controle dos gastos públicos, as pressões inflacionárias não cederão no grito e os juros seguirão altos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tributária vai prever sistema contra sonegação e fraude

**ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA**

A proposta de **reforma tributária** deve prever um sistema de pagamento para diminuir a sonegação de **impostos** e as fraudes no País. O chamado split payment vai possibilitar que o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será criado com a reforma para unificar **tributos** atuais, seja recolhido automaticamente no momento da compra.

Pelo mecanismo, o banco separa, já na hora do pagamento, o imposto para os cofres dos governos (federal, estadual e municipal) e o valor destinado para quem forneceu o bem ou serviço.

"Na hora que você paga, o montante do imposto é recolhido automaticamente. E a parte que é do fornecedor vai direto para o fornecedor", antecipou o secretário extraordinário para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, em entrevista ao Estadão.

No modelo atual, a empresa compradora paga o valor do produto, com o imposto, para o fornecedor, que recolhe o tributo.

"A vantagem é que reduz muito o risco de sonegação, porque o próprio recolhimento do imposto se dá no pagamento. A segunda vantagem é que reduz o risco de "créditos frios", disse ele, em referência a créditos feitos por empresas laranjas para fraudar o Fisco.

O secretário afirmou que dispositivos do split payment aparecem tanto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 quanto na 110 - que estão no Congresso e embasam as discussões de reforma no governo Lula.

"Provavelmente (o split payment) deve passar, sim. Não como uma coisa determinativa; vai passar como uma possibilidade", diz. "Ele exige uma construção técnica que é perfeitamente possível com a tecnologia que temos hoje, mas exige uma série de ajustes de sistemas, como sistema de pagamento. É uma inovação que está sendo discutida." Adotado por vários países, o IVA permite que cada etapa da cadeia produtiva pague o imposto referente ao valor que adicionou ao produto ou serviço, evitando tributação em cascata.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Tributária vai prever sistema contra sonegação e fraude

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-03-17>

SPLIT PAYMENT

EMPRESA



A EMPRESA FAZ O PAGAMENTO POR UM BEM OU SERVIÇO ADQUIRIDO



BANCO



O SISTEMA RECOLHE, AUTOMATICAMENTE, O VALOR DO IMPOSTO, QUE SERÁ DESTINADO AOS COFRES DA UNIÃO/ESTADOS/MUNICÍPIOS



O VALOR RESTANTE, DESCONTADO O IMPOSTO, É DESTINADO AO FORNECEDOR DO BEM OU SERVIÇO

MODELO ATUAL

HOJE, O COMPRADOR PAGA O VALOR DO PRODUTO, COM O IMPOSTO, PARA O FORNECEDOR – QUE RECOLHE O TRIBUTO QUE O ADQUIRENTE PAGOU AOS FISCOS

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

"Proposta é do Congresso, com apoio do governo"

WILTON JUNIOR / ESTADÃO-14/3/2023



'A transição dos tributos federais é rápida', diz Appy

**ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Bernard Appy, Economista, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e diretor do Centro de Cidadania Fiscal

O secretário extraordinário para a **reforma tributária**, Bernard Appy, afirmou que a proposta em negociação "é do Congresso, com o apoio do governo", e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve "entrar em campo na hora que for preciso" pela aprovação da medida. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O governo vai enviar uma proposta nova de **reforma tributária** ou vai usar as que já estão no Congresso?

O que vamos fazer é apoiar o Congresso na elaboração da emenda constitucional da **reforma tributária** a partir dos textos que já estão lá. O governo vai apoiar o trabalho do relator (deputado Aguinaldo Ribeiro), discutir alternativas, apresentar sugestões.

A proposta será, então, do Congresso?

É uma proposta do Congresso que conta com apoio do governo.

O presidente Lula não tem falado muito de **reforma**

tributária, como na campanha.

Ele vai entrar em campo e defendê-la?

Eu acredito que sim. É o tempo dele na política. Mas, na hora que for preciso entrar em campo, acredito que entrará, sim.

O governo prometeu que a reforma será neutra, sem aumento da carga tributária.

Haverá um gatilho para garantir a promessa?

Vai ter. A cada ano, será fixada uma alíquota com base em cálculos que mostram que se estará mantendo a carga tributária.

A alíquota de referência (do novo imposto) terá de ser aprovada pelo Senado todo ano, durante a transição.

A transição durará quanto tempo?

A transição dos **tributos** federais é rápida, imediata. Um ano depois de aprovada de lei complementar, é possível fazer a transição do PIS/Cofins. No caso do ICMS e do ISS, o início demora um pouco, e, a partir daí, ela é feita em quatro ou cinco anos.

Suponha que se aprove a emenda constitucional neste ano, e a lei complementar no primeiro semestre do ano que vem: poderia começar a cobrar a CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços, que deve unir PIS, Cofins e IPI) em meados de julho de 2025, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, junção de ICMS e ISS) em janeiro de 2027. A transição estaria completa em 2030 ou 2031, quando deixariam de existir os **tributos** atuais.

Como o governo vai enfrentar resistências setoriais, como serviços e agronegócio?

Embora a discussão tenha começado com o modelo ideal sem nenhuma exceção, sabemos que vão acabar entrando algumas exceções. O tratamento favorecido poderia ser via diferenciais de alíquota, mudanças nas regras de creditamento ou isenção. E, na PEC 110, se abriu mais uma possibilidade: a devolução do imposto, e não é só para as famílias de baixa renda. Poderia ser, inclusive, para setores específicos, como educação.

O sr. apoia essa medida?

Gosto da ideia. Quem vai decidir quais setores vão ter tratamento diferenciado é o Congresso.

Como seria a devolução?

É um "cashback" para as pessoas. Por exemplo: educação básica para uma família de classe média custa R\$ 700 por mês.

Se o imposto é 20%, dos R\$ 700, são R\$ 140 por mês. Devolve-se o imposto incidente na despesa com educação até R\$ 140 por mês. Nesse sentido, é desonerada completamente uma família de classe média baixa, que faz um esforço enorme para ter o filho numa escola privada. Mas uma família rica receberia uma parte de volta do imposto que ela pagou. Essa é uma possibilidade.

A reforma poderá incluir uma trava de segurança para que Estados e municípios não tenham perda de arrecadação com medidas aprovadas pelo Congresso?

Está em discussão. A ideia básica é fazer com que qualquer mudança que reduza a arrecadação dos Estados e municípios tenha de ser compensada com um aumento da alíquota de referência do novo imposto.

Se for aprovada uma mudança na lei, como a desoneração da gasolina, teria de aumentar a alíquota geral do imposto.

É bom do ponto de vista federativo, porque dá segurança de que não haverá medidas tomadas no âmbito federal que afetem a arrecadação.

Os prefeitos das capitais dizem que não participaram da negociação do acordo do governo com os Estados que compensou em R\$ 26,9 bilhões as perdas com a desoneração do ICMS - tributo compartilhado com os municípios.

Eles acham que foi uma sinalização ruim para a governança de um novo tributo.

Mas o que pegou pior foi a desoneração dos combustíveis com recursos dos Estados e municípios. No modelo em discussão, se tiver alguma mudança que afete a arrecadação dos municípios, vai ter de ter um aumento compensatório.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, até mesmo o chamou de "técnico autoritário".

Depois mandei uma mensagem para ele. Aí, ele me respondeu.

Está tudo em paz com o Paes. Entre nós, está tudo bem.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-03-17>

Reforma tributária (Artigo)

Naercio Menezes Filho, é professor Titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP, membro da Academia Brasileira de Ciências e Diretor do CPAPI, escreve mensalmente às sextas-feiras (email: naercioamf@insper.edu.br)

O Congresso deverá analisar em breve a proposta de **reforma tributária** que está no plenário. A proposta deverá enfrentar dificuldades na tramitação, pois alguns setores perderão arrecadação. Quais são os principais pontos positivos e negativos da proposta? Como funcionará a desoneração da cesta básica e o "cash-back" para os consumidores pobres?

Em primeiro lugar, é importante entender como funciona a estrutura tributária brasileira.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil arrecada 32% do PIB com **impostos**, sendo 14% do PIB com **impostos** sobre bens e serviços, 7% com **impostos** sobre a renda, 8% com contribuições previdenciárias e o restante com demais **impostos**. A arrecadação total brasileira está em linha com a média dos países da OCDE e acima dos demais países latino- americanos.

Mas, isto acontece porque os **impostos** sobre bens e serviços (que são regressivos) são bem maiores do que a média, ao passo que os **impostos** sobre a renda são menores. Ou seja, os pobres pagam proporcionalmente mais **impostos** no Brasil do que nos outros países do mundo. Assim, como o país ainda é extremamente desigual, será necessário, num segundo momento, aumentar os **impostos** sobre os rendimentos dos mais ricos para financiar as políticas sociais e diminuir os **impostos** pagos pelos mais pobres.

A proposta de **reforma tributária** não tem pretensões redistributivas, visando unicamente aumentar a eficiência do processo de arrecadação de **impostos**, o que não é pouca coisa. O sistema tributário brasileiro é muito confuso, o que faz com que as empresas gastem muito tempo para cumprir as regras. Além disto, há vários regimes distintos e distorções.

Assim, a proposta é necessária e se for aprovada trará ganhos de produtividade e crescimento econômico.

Mas é preciso que a sociedade esteja ciente de que a reforma irá alterar preços relativos em toda a economia e poderá ter efeitos distributivos indiretos ao

longo do período de transição. Se o tributo unificado for de 25%, por exemplo, setores que pagam atualmente uma alíquota menor, como muitos serviços, irão repassar o aumento de **impostos** para seus preços e vice-versa. Os repasses das alterações de **impostos** para os preços irão depender do poder de mercado de cada empresa e da sensibilidade dos consumidores a mudanças de preços. E como a cesta de consumo varia muito com a renda, a reforma irá provocar mudanças na distribuição da renda real ao longo do tempo.

Vamos exemplificar com a reoneração dos produtos da cesta básica. Atualmente, os produtos da cesta básica não pagam **impostos** federais. Isto foi feito para diminuir os preços destes produtos e beneficiar os mais pobres. A proposta de **reforma tributária** pretende reonerar estes produtos e devolver o dinheiro dos **impostos** pagos pelos mais pobres, o "cash-back".

A desoneração dos produtos da cesta básica é ineficiente como política social, uma vez que os ricos também compram produtos da cesta e, portanto, também são beneficiados. Além disto, ela distorce os preços relativos, que deveriam refletir a demanda e a oferta dos produtos.

Assim, a proposta de reoneração faz sentido. Mas, ela poderá gerar efeitos não esperados.

O aumento de **impostos** irá elevar os preços dos produtos da cesta básica, o que iria prejudicar os consumidores mais pobres, que gastam uma parcela muito grande da sua renda com estes produtos. Este efeito será anulado pelo "cash-back". Mas, como será feita a devolução do imposto pago? A primeira opção seria transferir eletronicamente o valor do imposto diretamente para a conta corrente dos compradores mais pobres.

Poder-se-ia transferir o dinheiro para a mesma conta em que o consumidor recebe as transferências do programa Bolsa Família, por exemplo.

Ocorre que as empresas no setor informal não pagam **impostos**.

Assim, seu preço não irá subir com a reoneração, o que irá alterar os preços relativos. O consumidor só irá receber o dinheiro dos **impostos** de volta se ele comprar em uma empresa formal.

Assim, o consumidor pobre terá duas opções: comprar com preço mais barato no setor informal ou comprar o produto mais caro no setor formal e receber o dinheiro de volta. Se ele for indiferente entre as duas situações, nada mudará para ele. O preço efetivo irá aumentar somente para os consumidores mais ricos.

Mas se consumidor pobre ficar feliz ao receber dinheiro de volta na hora de comprar um produto, poderá haver um incentivo à formalização das firmas. Isto ocorreu com a nota fiscal paulista, por exemplo, que tinha sorteios para os consumidores que pedissem a nota fiscal. Um artigo importante publicado recentemente (Joana Naritomi, 2019) mostrou que este sistema fez com que as empresas paulistas aumentassem as receitas declaradas para o fisco em 27%.

Uma outra possibilidade seria devolver uma estimativa do imposto pago para todas as pessoas pobres da região, ou seja, aumentar o valor da transferência do Bolsa Família com o valor do imposto médio. Neste caso, porém, como as firmas formais terão preços mais altos, as informais ganharão muitos consumidores, gerando forte incentivo à informalização. Assim, mecanismos específicos de operacionalização do sistema podem gerar grandes diferenças nos preços relativos e nos incentivos.

Em suma, a **reforma tributária** não irá resolver os grandes problemas distributivos do país, e não há problema nenhum com isto, uma vez que as distorções são grandes e a mera resolução destes problemas já deverá reduzir custos e gerar aumentos de renda para todos.

No entanto, é necessário estarmos cientes de que a reforma irá alterar preços relativos, beneficiando consumidores diferentes e gerando efeitos distributivos indiretos ao longo do período de transição. E que aspectos específicos da operacionalização da reforma poderão gerar incentivos positivos ou negativos à formalização.

Naercio Menezes Filho, é professor Titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP, membro da Academia Brasileira de Ciências e Diretor do CPAPI, escreve mensalmente às sextas-feiras (email: naercioamf@insper.edu.br)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187494>

Luiza Trajano faz coro pela queda dos juros e diz que Lula 'não vai ter déficit público porque não é doido'

Por O Globo

A empresária Luiza Trajano afirmou ontem ao podcast 2+1, do GLOBO e da rádio CBN, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tomou nenhuma medida até agora que justifique a "paúra" (medo) do mercado financeiro, e que o empresariado do varejo "não está desesperado" com a política econômica do governo.

- Eu não acredito que ele [Lula] vai mexer no déficit público, porque ele sempre levou isso muito certo. E ele quer emprego, quer desenvolvimento, e eu acho que é isso o que o mercado quer. Nenhuma atitude foi tomada [pelo governo] para poder ter essa paúra. Quando a gente conversa com os empresários, eles estão até mais dispostos a dialogar, entendendo mais o que está sendo feito, Na minha área eu não vejo tanto desespero para falar 'não vai dar certo'.

Dona do Magalu, Luiza Trajano cobrou responsabilidade fiscal, mas disse que a grande preocupação do setor no momento é com a taxa de juros em 13,75% ao ano.

- O que eu espero é que tenha um cuidado com o fiscal. Se vai chamar âncora ou outra coisa, eu não sei. Pelo o que eu já analisei de outros governos do Lula, ele não vai ter um déficit público, porque ele não é doido. Não está sendo um assunto tão forte no nosso meio. Todo mundo está preocupado é com a falta de mercado, de venda, e sabe que juros altos são o primeiro fator para atrapalhar isso.

A empresária engrossou o coro pela queda dos juros e disse esperar alguma sinalização do Banco Central nesse caminho.

- Se não tem consumo, não entendo ter um juro que saiu de 2%, 3%, e foi para 12%, 13%. 'Ah, mas e os gastos públicos?'. Tá bom, mas se você não tiver arrecadação, você também não tem como pagar os gastos. A arrecadação vem das vendas que geram imposto. Então, na realidade, a gente não entende essa taxa de juros. Não conversei com o Banco Central, mas tomara que ele dê sinais que vai baixar os juros.

Luiza disse que está confiante na aprovação da **reforma tributária**, e que vê um ambiente propício para o debate, mas o que ela quer é que "não aumente o imposto para nenhum segmento e facilite as operações".

Na conversa com os apresentadores Vera Magalhães e Carlos Andreazza, a empresária também comentou a denúncia anônima contra o Magalu sobre "práticas comerciais em desacordo com o código de Conduta e Ética", caso que aconteceu a dois dias do anúncio do balanço da empresa para o mercado financeiro. Apesar da notícia, Luiza garante que não há fraude na Magalu.

- [A denúncia] pareceu uma coisa bem planejada e em um momento muito frágil do mercado. (..) Não tem nada de fraude. Tem alguma coisa que possa ser contábil, mas a gente não viu nada ainda. O mais importante é que nós abrimos, assumimos e começamos o call, que era um resultado maravilhoso do último trimestre, falando isso. Mais uma vez a nossa transparência foi colocada à prova - disse.

Ela falou ainda sobre a participação das mulheres na política. Histórica militante das causas femininas, Luiza contou que o Grupo Mulheres do Brasil, presidido por ela, lançou o projeto "Pula Pra 50%". A ONG dará cursos para mulheres entrarem na política.

-Todo mundo está percebendo que não tem jeito mais. (...) A gente quer 50% de mulheres em cargos políticos. Prefeitas, vereadoras, deputadas estaduais e federais, senadoras, porque não está certo - afirmou.

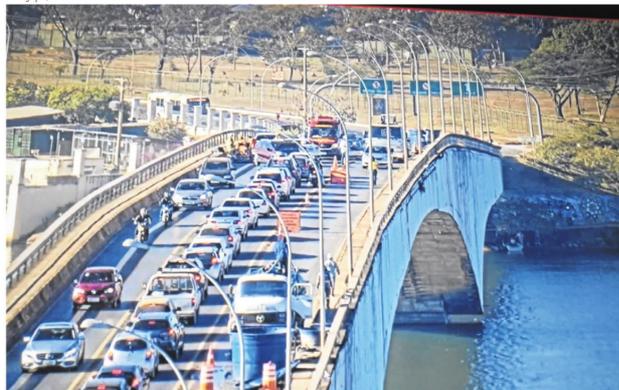
A conversa pode ser escutada na íntegra no podcast 2+1, disponível nos sites do GLOBO e da CBN, no aplicativo da rádio e em todos os agregadores de podcast.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2023/03/luiza-trajano-faz-coro-pela-queda-dos-juros-e-diz-que-lula-nao-vai-ter-deficit-publico-porque-nao-e-doido.ghtml>

DPVAT deve voltar em 2024

Divulgação/DER



DPVAT serve para indenizar vítimas de trânsito: maior valor chega a R\$ 13 mil, em caso de morte

ROSANA HESSEL*

São Paulo - O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, revelou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende desenhar uma nova modelagem para o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). Desde 2021, o seguro não consta mais na cobrança anual no licenciamento do veículo, mas deverá voltar em 2024.

A mudança ocorrerá porque o orçamento disponível na poupança, em torno de R\$ 4 bilhões, é capaz de pagar as indenizações sem recolher novos **impostos** dos contribuintes para o seguro obrigatório até este ano. Assim, os proprietários dos veículos deverão voltar a pagar o seguro a partir do próximo ano. De acordo com Pinto, o DPVAT tem uma estrutura temporária na Caixa Econômica Federal, que está realizando os pagamentos dos sinistros.

"Nós precisamos refazer os modelos do DPVAT e reconstruir um novo DPVAT, com uma nova arquitetura para esse seguro, que é extremamente relevante.

Temos um ano para fazer isso", afirmou o secretário ontem, durante evento da Confederação Nacional de Seguros (CNSeg), em São Paulo.

Na ocasião, a entidade apresentou o Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguro (PDMS). O documento tem como objetivo ampliar a participação da receita do setor no Produto Interno Bruto (**PIB**) de 6,5% para 10% até 2030, passando de R\$ 700 bilhões para cerca de R\$ 1 trilhão, segundo o presidente da CNSeg, Dyogo Oliveira.

Fim do monopólio

Ainda de acordo com Oliveira, a nova modelagem do DPVAT vai permitir maior concorrência entre seguradoras, pois o seguro tinha mercado cativo de apenas uma empresa, configurando monopólio. "As seguradoras vão poder criar produtos para essa modalidade e aumentar as opções para o consumidor", explicou o ex-ministro do Planejamento.

Qualquer vítima de trânsito pode ser beneficiada com o seguro DPVAT 2023, em acidentes envolvendo mais de um veículo.

Atualmente, o valor mínimo da indenização no seguro DPVAT 2023 é de R\$ 2,7 mil. As quantias variam dependendo do tipo de prejuízo que o acidente de trânsito causou à vítima. O valor máximo da indenização, em caso de morte, por exemplo, é de R\$ 13 mil.

De acordo com o secretário de Reformas Econômicas, Marcos Barbosa Pinto, o mercado de seguros tem um grande potencial no setor de infraestrutura, ajudando a desenvolver a oferta de financiamentos de longo prazo. Por essa razão, disse, o governo pretende manter um diálogo "permanente" com representantes do setor segurador. "Precisamos aprimorar essa parceria e nós gostaríamos de discutir medidas e os respectivos impactos", ressaltou o integrante do Ministério da Fazenda.

"O plano é um esforço conjunto da percepção da importância do seguro, porque ele é muito mais importante para quem tem menos renda do que os que têm mais renda" Dyogo Oliveira, presidente da CNSeg

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/03/17/all.pdf>

Lula teme acusação de estelionato eleitoral em debate sobre regra fiscal

Catia Seabra Idiana Tomazelli

A iminência do anúncio da nova regra fiscal proposta pelo governo reacendeu no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o temor de repetir erros de Dilma Rousseff (PT), que deu uma guinada na política econômica no início de seu segundo mandato na tentativa de promover um ajuste nas contas públicas e acabou perdendo apoio popular e político.

Segundo pessoas próximas, a preocupação do petista é ser acusado de estelionato eleitoral, após fazer uma campanha permeada por promessas de colocar o pobre no Orçamento e dar fim ao atual teto -regra que limita o avanço de gastos à inflação e, na avaliação do PT, limita despesas com obras e políticas sociais.

A retomada dos investimentos é considerada a espinha dorsal da plataforma política de Lula em seu terceiro mandato.

O presidente ainda vai discutir os detalhes da regra com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), nesta sexta-feira (17), mas algumas sinalizações já dadas pela equipe econômica vão justamente na direção de manter algum controle sobre o crescimento dos gastos, ainda que mais flexível do que o teto.

Por isso, assessores palacianos apostam em mudanças no texto que venha a ser apresentado por Haddad, caso seja confirmada a tendência de contenção de despesas, com possível repercussão sobre investimentos em obras e programas sociais.

Nesse caso, a proposta sofreria alterações no Palácio do Planalto. Esse temor é apontado como uma das justificativas para a discrição que cerca o debate sobre a nova regra fiscal.

Até a noite desta quinta-feira (16), a minuta não tinha chegado à Casa Civil nem à Secretaria de Relações Institucionais, encarregadas do envio do texto e de sua articulação no Congresso Nacional.

A expectativa é que os titulares dessas pastas, Rui Costa e Alexandre Padilha, respectivamente, só tenham acesso à proposta nesta sexta.

Segundo aliados, Lula tem desencorajado a abordagem para apresentação da proposta, recomendando

cautela na discussão.

Os relatos são de que o presidente tem muito medo de repetir o que são considerados erros de Dilma, que acabou sofrendo um impeachment em 2016. Colaboradores do presidente contam que não é raro Lula orientar em sentido distinto quando informado de alguma prática adotada nos governos da petista.

Ele teria proposto que o ministro Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social) fosse mais criativo ao ouvir dele a sugestão para que o futuro programa de obras fosse batizado de "novo PAC".

Em 2015, após reeleita, a ex-presidente nomeou para o comando do Ministério da Fazenda o economista Joaquim Levy, de viés liberal e com apelido de "mãos de tesoura" (em referência a corte de gastos).

A escolha de Levy se deu num contexto em que Dilma era pressionada pela forte deterioração das finanças públicas, pelo escândalo das pedaladas fiscais e pela contabilidade criativa adotada em seu primeiro mandato para maquiagem a situação das contas do país.

Levy permaneceu no cargo por 11 meses, período em que travou e perdeu uma série de embates na tentativa de rever benefícios e desonerações e resgatar a credibilidade fiscal.

No mesmo intervalo, a aprovação do governo Dilma começou a derreter. Em dezembro de 2015, 65% dos brasileiros consideravam seu governo ruim ou péssimo, segundo pesquisa Datafolha da época.

Após uma eleição acirrada, Lula teme trilhar caminho semelhante, caso a proposta de Haddad represente um ajuste significativo nas despesas do governo nos próximos anos. Por isso, o presidente tem evitado se pronunciar sobre a proposta e, assim, se comprometer com apoio integral ao texto da Fazenda.

Por outro lado, há também o cuidado de não desacreditar Haddad, que há quase três meses trabalha na proposta de nova regra fiscal e aposta em sua aprovação para obter a confiança do mercado financeiro de que as contas do país são sustentáveis.

O ministro já sofreu uma derrota logo no início do ano, quando precisou prorrogar a desoneração de tributos

federais sobre o diesel até o fim de 2023 e sobre a gasolina até 28 de fevereiro deste ano.

Há pouco mais de duas semanas, Haddad precisou superar críticas até mesmo da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para conseguir convencer Lula a retomar a cobrança de **tributos** sobre combustíveis, ainda que parcialmente, para ajudar na recomposição da arrecadação federal e não comprometer os planos de ajuste do ministro.

Nas discussões da nova regra fiscal, Haddad tem adotado cautela extrema. No Ministério da Fazenda, apenas o ministro e alguns de seus principais secretários participam das discussões, de forma que os detalhes da proposta permanecem em sigilo até mesmo para demais membros da pasta.

Nos últimos dias, os princípios do projeto foram apresentados, em reuniões também restritas, ao Banco Central, à ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), e ao vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Segundo relatos, o pano de fundo da cautela de Haddad é o receio de que a proposta se torne alvo de fogo amigo do próprio PT, a exemplo do que ocorreu na discussão em torno da tributação dos combustíveis, contribuindo para a desidratação da regra.

Um eventual vazamento da proposta da Fazenda também poderia evidenciar uma nova derrota de Haddad, caso algum dos dispositivos seja rejeitado pelo Palácio do Planalto, diante da expectativa por mudanças.

A equipe econômica vê como fundamental convencer Lula de que o novo conjunto de regras fiscais é necessário e terá efeitos positivos para o país. Daí a intenção de Haddad de apresentar a Lula a proposta em sua integralidade, sem que tenha passado pelas mãos de seus colegas de ministério.

Uma vez alcançado esse objetivo, eventuais divergências internas e também com integrantes do partido teriam mais chances de serem contidas.

A definição do novo arcabouço fiscal é considerada pela Fazenda como importante para abrir caminho à redução da taxa de juros pelo Banco Central, como quer Lula. A autoridade monetária tem apontado o risco fiscal como um fator de impulso às projeções de **inflação** e, conseqüentemente, uma razão para manter a Selic no patamar atual de 13,75% ao ano.

Haddad inclusive almejava apresentar o desenho final da proposta de regra fiscal antes da próxima reunião

do Copom (Comitê de Política Monetária), que ocorrerá na terça (21) e quarta-feira (22), em busca de emitir uma sinalização consistente ao BC do compromisso com a sustentabilidade das contas.

No entanto, ainda não há certeza sobre a possibilidade de cumprir esse calendário.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50218&maxTouch=0&_ga=2.53954272.916261654.1678873530-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Setor imobiliário pede que nova regra fiscal ajude a conter juro

Estevão Taiar De Brasília

O presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz Antonio França, defendeu em reunião ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a importância de o novo arcabouço fiscal abrir espaço para o corte de juros. Hoje, Haddad entrega a proposta de arcabouço para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Depois da reunião com o ministro, França afirmou em entrevista ao Valor que é necessário que a nova regra permita ao Banco Central (BC) "iniciar o corte de juros". Atualmente, a Selic está em 13,75% ao ano.

Segundo ele, a redução da taxa básica é essencial para a construção civil, que responde por 7% do Produto Interno Bruto (PIB), 10% da força de emprego e 9% da arrecadação de **impostos** no país, nos cálculos da Abrainc.

"Também é importante que o Congresso encaminhe rapidamente a aprovação do novo regime fiscal", disse. De acordo com França, Haddad não deu detalhes sobre o desenho do arcabouço.

Na quarta-feira, Lula afirmou a jornalistas que a proposta será divulgada publicamente antes de sua viagem à China, marcada para o fim da semana que vem.

Mas hoje o presidente já conhecerá em detalhes a proposta, após reunião com Haddad.

O desenho da regra segue guardado com o máximo de sigilo por Haddad e sua equipe. Mesmo pessoas próximas do ministro ainda não conhecem o teor da proposta, que terá o formato de lei complementar. Haddad tem divulgado a alguns interlocutores, parte deles de fora do governo, o desenho geral. Mas vem evitando apresentar nessas conversas quais serão os parâmetros ou números específicos.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse na quarta-feira que a nova âncora será "flexível, crível e factível".

Já o próprio Haddad afirmou no começo do mês que "tem mais simpatia" por uma regra "simples, objetiva e que mostre a trajetória" das contas públicas prevista

"para os próximos anos".

"Mas posso ser voto vencido", reconheceu na ocasião, afirmando que há grupos que defendem uma regra "mais detalhada". O ministro não revelou se esses grupos fazem parte do governo ou não.

A ideia do Ministério da Fazenda é que o arcabouço acabe com o déficit primário já em 2024. A pasta projeta que o resultado primário deste ano será negativo em aproximadamente R\$ 100 bilhões.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC se reúne na semana que vem para decidir o rumo da Selic. Em evento realizado em meados de fevereiro pelo BTG Pactual, o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, afirmou a investidores que "a gente precisa ter um pouco mais de boa vontade com o governo" Lula.

"Tem existido uma boa vontade enorme do ministro Haddad de falar que tem um princípio a seguir, um plano fiscal", disse. Já o ministro da Fazenda destaca com frequência a importância de "harmonizar" as políticas fiscal e monetária, a fim de permitir, por exemplo, que o BC promova cortes de juros. Haddad e Campos Neto também vêm mantendo contatos frequentes nos últimos dias para monitorar as turbulências financeiras internacionais, causadas pelo Credit Suisse e bancos menores americanos.

Para França, da Abrainc, "o problema dos bancos no exterior não contamina o mercado bancário do Brasil, que é saudável e muito regulado pelo Banco Central".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187494?page=1§ion=1>

Redução da inadimplência e indicadores operacionais puxam resultado da CPFL



Estrella, CEO da CPFL: efeitos não recorrentes tiveram impacto no 4º trimestre

Energia Robson Rodrigues De São Paulo

A redução da inadimplência, associada a melhores indicadores operacionais, ajudam a entender o desempenho da CPFL Energia no quarto trimestre de 2022. Soma-se ainda efeitos não recorrentes importantes ocorrido no período, tanto positivos quanto negativos, que contribuem para um lucro de R\$ 1,37 bilhão, alta de 3,3% ante o mesmo recorte do ano anterior.

As demonstrações dos resultados apresentados apontam ainda receita líquida no quatro trimestre de R\$ 10,7 bilhões, redução de 1,7% sobre a receita de um ano antes. Já o Ebitda (resultado antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) da empresa no período ficou em R\$ 3,8 bilhões, alta de 49,6% na comparação anual.

Ao Valor, o CEO da companhia, Gustavo Estrella, explicou que o desempenho foi puxado pelo segmento de geração, que apresentou ganhos de R\$ 1,32 bilhão, alta de 106,3% sobre o quarto trimestre de 2021. Isso aconteceu em função de evento não recorrente positivo.

Por outro lado, a empresa também teve um fato extraordinário negativo contabilizado no período.

"Tivemos dois efeitos não recorrentes importantes, um

positivo e outro negativo: o positivo foi a consolidação da hidrelétrica de Campos Novos, em que a CPFL tinha a 48% de participação e com a participação da CEEE-G a gente exerceu o direito de preferência e subimos para algo em torno de 52%. Ao nos tornarmos controladores, a forma de contabilização muda e isso trouxe impacto em torno de R\$ 700 milhões, um efeito contábil e sem efeito de caixa. O efeito negativo foi que fechamos uma transação de R\$ 1,28 bilhão [para encerrar disputa com **Receita Federal**] e colocamos o impacto no 4o trimestre", explica.

O carro-chefe dos negócios continua sendo o segmento de distribuição e de onde vem os melhores resultados, retirando os efeitos não recorrentes.

Estrella comemora o recorde de investimento de R\$ 5,8 bilhões no ano, combinado com melhores indicadores operacionais de DEC e FEC, indicadores que medem a duração e a frequência de interrupções de energia por unidade consumidora. A redução da inadimplência é outro ponto a se comemorar, mesmo não negando que o assunto ainda gera preocupação, já que vinha pressionando os resultados em trimestres anteriores.

"No quarto trimestre, entregamos a inadimplência nos níveis pré-pandemia. Sabemos que ainda há o desafio de se manter esse nível. Fazemos quase 200 mil cortes por trimestre (...). Tivemos um impacto positivo que foi um aumento da massa de renda, especialmente no fim do ano passado, que ajudou no controle da inadimplência. Mas isso é uma discussão em aberto sobre como será o comportamento ao longo de 2023", afirma o executivo.

Por outro lado, o crescimento da geração distribuída minou a área de concessão das distribuidoras da companhia, que hoje afeta cerca de 6% do mercado cativo. A expectativa é que o número chegue a 10% por conta dos pedidos que já aconteceram para obtenção dos subsídios e aumento de demanda em virtude da isenção de ICMS no Estado de São Paulo.

Já no consolidado do ano, a CPFL teve lucro líquido de R\$ 5,2 bilhões, avanço de 7,5% em relação ao exercício anterior. A receita líquida somou R\$ 39,3 bilhões, leve alta de 0,4%. O Ebitda totalizou R\$ 12,2 bilhões, alta de 33,9%.

Para o futuro, a empresa diz olhar com atenção a abertura de mercado para 2024, com cara de varejista. Em relação aos leilões de transmissão, a CPFL tem sido tímida e não arrematou novos lotes.

Em um segmento marcado por grandes disputas e fortes desâgios, a estratégia do executivo será a disciplina financeira.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187494>

Nova âncora fiscal tem primeiro teste



Haddad e Tebet: enquanto ele busca o aval do presidente Lula sobre o arcabouço fiscal, ela tenta repositonar o Brasil em reunião do BID

RAFAELA GONÇALVES

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defenderá hoje a proposta do novo arcabouço fiscal ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A nova regra fiscal irá substituir o teto de gastos - mecanismo para limitar o crescimento das despesas públicas à **inflação**. A reunião para a apresentação no Palácio do Planalto, com duração prevista de duas horas na tarde desta sexta-feira, deve contar também com a presença do ministro da Casa Civil Rui Costa.

Haddad tem evitado informações sobre os detalhes da proposta desenhada. Contudo, interlocutores da equipe econômica já sinalizaram que a regra deve buscar um equilíbrio fiscal de médio prazo, com alguma combinação entre recomposição de receitas e crescimento real dos gastos, de forma mais limitada quando comparado ao crescimento médio do gasto público, predominante antes do teto de gastos.

Especialistas acreditam que a nova regra fiscal, seja uma oportunidade para corrigir eventuais "equivocos" do teto de gastos. Com o teto, as despesas só podiam ser corrigidas pela **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), reduzindo o peso do gasto público perante o Produto Interno Bruto (**PIB**). O desafio do governo é apresentar uma proposta crível e condizente com a estabilização da relação dívida/**PIB**.

Conforme antecipou o economista-chefe da corretora Warren Rena e ex-secretário de Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, em entrevista ao Correio, a nova âncora deve manter um pouco a essência do teto, com controle de gastos e trajetória da dívida pública. Mas além disso, é provável que leve em conta os ganhos de arrecadação, diferentemente do teto de gastos

original.

"Tendem a construir um arcabouço que permita ao governo usufruir também de eventuais ganhos superlativos, que venham acima do esperado, ultrapassando as estimativas da arrecadação. Diferentemente do teto original, que só podia crescer pela **inflação**, quando você tiver uma dinâmica de receita um pouco melhor isso tem que ser contemplado, até porque ajuda na dívida pública", avaliou Salto.

Existia a expectativa de que a nova âncora fiscal viesse a público antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que ocorre nos dias 21 e 22 de março. A divulgação da proposta abriria espaço para uma possível revisão da taxa básica de juros (Selic), tão criticada pelo presidente Lula. No entanto, fontes da Fazenda já adiantaram que esse plano inicial não deve se concretizar.

Haddad passou a estabelecer como meta apresentar o texto antes da viagem do governo à China, prevista para o período de 26 a 31 de março. Mesmo adiando um pouco as expectativas, a apresentação ainda está dentro do prazo estipulado pela equipe econômica, de que o texto venha a público até o fim do mês para que seja encaminhado ao Congresso em abril, junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Busca por apoio

Para o economista Murilo Viana, além da aprovação do Planalto, a proposta de Haddad precisa obter consenso - dentro e fora do PT. "Há sinais claros de falta de apoio à gestão Haddad de parte da ala do PT. O segundo passo é negociar com o Congresso. Facilitará o fato de a nova regra não precisar ser uma emenda constitucional, mas sim uma lei complementar. O número de votos necessários e o rito de tramitação são mais facilitados", considerou.

Na quarta-feira, Haddad teve um jantar de aproximação com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). À Globonews, o deputado disse que sugeriu ao ministro que, antes de tornar o arcabouço público, falasse também com as lideranças do Congresso.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/03/17/all.pdf>

Meta individual para diferentes despesas enfrenta resistência

Fábio Pupo Idiana Tomazelli

A ideia de criar metas individuais de gastos para diferentes tipos de despesa -como custeio da máquina pública, investimentos e até pessoal- enfrenta resistências nos debates do governo sobre a nova regra fiscal.

O modelo com metas separadas foi sugerido pelo grupo de economistas da transição em relatório entregue ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para permitir um controle mais rigoroso ou um crescimento mais flexível de determinadas despesas, de acordo com a categoria.

Despesas com a folha do funcionalismo, por exemplo, poderiam ter uma trava própria, enquanto gastos com obras públicas teriam uma meta à parte.

O modelo, no entanto, ainda desperta discussões. Uma ala do governo vê na ideia um fator de engessamento do Orçamento.

De acordo com relatos feitos à Folha, membros do governo defendem uma regra focada no gasto global -o que traria mais flexibilidade e evitaria o agravamento da chamada rigidez orçamentária (quando o governo tem pouca margem de manobra para o uso dos recursos).

Dessa forma, havendo espaço fiscal, o governo poderia em determinado ano alocar mais recursos em investimentos, sem ficar preso a uma meta específica de gasto que cresce conforme uma regra pré-determinada.

Os detalhes da nova regra fiscal ainda não são conhecidos, mas integrantes do Ministério da Fazenda já deram indicações públicas de que a proposta deve conter mecanismos para controlar a velocidade de crescimento dos gastos.

Em janeiro, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou que o controle das despesas é o melhor instrumento para administrar a trajetória da dívida pública.

Mello afirmou na ocasião que o próximo arcabouço fiscal brasileiro tem de dialogar com as novas tendências globais e ser uma regra que aponte a

trajetória de algumas variáveis centrais, entre elas a dívida pública. Segundo ele, também seria necessário outro instrumento para lidar com isso, o resultado primário.

"E que tenha uma regra que trabalhe com um horizonte de gasto público, que é o que o governo tem mais controle. Ele tem algum sobre receita, mas tem mais controle sobre o gasto", afirmou há menos de dois meses.

Seja qual for o formato final do texto, representantes do governo afirmam que a regra para despesas será mais flexível que o atual teto de gastos -que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**. Por isso, a busca por mais receitas será um componente importante da estabilidade fiscal que o Ministério da Fazenda diz buscar.

O governo afirma que a regra fiscal permitirá alcançar o objetivo de zerar o déficit ainda em 2024. A meta é vista como desafiadora, pois seu cumprimento depende não só da proposta, mas de outras variáveis econômicas que, no momento, assumem um viés desfavorável -como uma possível crise no sistema financeiro e seu impacto para a economia global.

Por outro lado, há a interpretação no governo de que a própria apresentação de uma regra fiscal, que por definição significa maior restrição, por um governo de esquerda, visto como mais propenso a aumento de gastos, pode se tornar um fator de surpresa positiva para o mercado e o setor produtivo. Se essa leitura de fato prevalecer, a economia e a arrecadação poderiam se beneficiar desses ganhos.

O Ministério da Fazenda pretende apresentar sua proposta de regra fiscal de forma detalhada ao Palácio do Planalto nesta sexta-feira (17). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro Fernando Haddad já tiveram uma primeira conversa sobre a regra, e o chefe do Executivo pretende chegar a um modelo final até semana que vem.

O objetivo central da regra, segundo o governo, é não apenas recuperar a sustentabilidade fiscal (a ser medida sobretudo pelo nível de endividamento público), mas também permitir financiar adequadamente as políticas públicas -além de retomar a credibilidade da política macroeconômica, com

previsibilidade e transparência, dizem integrantes do governo.

Um dos pontos mais sensíveis da discussão é o convencimento da classe política, já que o próprio PT tem sido crítico a propostas de maior restrição fiscal.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50218&maxTouch=0&_ga=2.53954272.916261654.1678873530-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2

Bancos Centrais podem reduzir taxas de juros para aliviar crise de crédito (Artigo)

A quebra do banco do Vale do Silício levou a um derretimento dos juros nos títulos de dois anos nos EUA. Em dois dias, a taxa caiu quase 50 pontos, algo que só havia acontecido duas outras vezes nos últimos 40 anos: na crise da Bolsa americana em outubro de 1987 e no estouro da bolha "ponto com" em setembro de 2001.

O mercado de juros sentiu com força o encerramento dessa instituição forçado pelas autoridades regulatórias americanas. O banco do Vale do Silício tinha obviamente muita exposição ao setor de tecnologia, além de extremo crescimento de depósitos nos últimos anos em um período muito curto.

O boom das empresas tech inflou o balanço do banco em 2021 e 2022. Parte desses recursos foi canalizada para títulos públicos e títulos imobiliários. As altas de juros do FED em 2022 trouxeram grandes prejuízos a essa carteira, algo que finalmente apareceu nos resultados do banco divulgados no começo de março.

O desempenho e o funding para as empresas tech do Vale do Silício também começaram a minguar ainda na metade de 2022. Os lucros e os preços de ações afundaram. Esse movimento dificultou novas captações para o banco e, por fim, com todo o pânico dos últimos dias, surgiu uma corrida bancária por parte dessas empresas para sacar seus recursos; o banco sucumbiu.

Ato contínuo, o BC americano anunciou uma linha de crédito de curto prazo lastreada em títulos públicos para ajudar bancos pequenos e médios a conseguir recursos sem ter de liquidar suas carteiras com prejuízos.

Além disso, anunciou de forma conjunta com o FDIC que todos os depósitos do Silicon Valley Bank serão honrados, inclusive acima do valor regulatório de US\$ 250 mil.

O Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) é uma agência federal dos Estados Unidos cuja principal função é a de garantia de depósitos bancários. Foi fundada por Franklin D. Roosevelt em 1933. Ou seja, o governo americano veio com força socorrer bancos temendo um contágio para todo o sistema americano. O Signature Bank também foi liquidado pelas autoridades monetárias, e vários outros bancos sofrem

enorme estresse no momento.

O choque de juros promovido pelo BC americano tem causado enormes prejuízos nas carteiras de títulos públicos, privados e ações. O controle da **inflação** não virá sem custos, e o mercado financeiro americano começa a trazer sinais preocupantes.

Os juros elevados de hipotecas também têm trazido grandes dificuldades ao mercado imobiliário.

Apesar de o desemprego continuar baixo e de a atividade econômica ter surpreendido para cima, os sinais de estresse financeiro estão aumentando. Alguns fundos imobiliários nos EUA já colocaram travas de resgate devido a dificuldades de liquidez.

No Brasil, o caso Americanas e as dificuldades de outras varejistas e empresas de grande porte em rolar suas dívidas também demandam atenção.

O BC brasileiro disse que não há crise de crédito por aqui, mas que monitora a situação com atenção.

O choque de juros promovido no Brasil, nos EUA e mundo afora para controlar a **inflação** traz em seu bojo efeitos duros para empresas e famílias muito endividadas. Estamos agora assistindo a parte dessas consequências. Daqui por diante, os movimentos de altas de juros devem terminar e, num próximo passo, caminharemos para cortes.

No Brasil, além do agravamento recente da situação do mercado de crédito, ossinaisdedesaceleraçãode atividade econômica se acumulam.

Houve queda do **PIB** noquartotrimestrede2022, e os dados de janeiro e fevereiro deste ano não são bons.

O BC brasileiro se defronta agora com uma situação ainda mais complexa: **inflação** elevada, tensão no mercado de crédito e atividade econômica parando. Algo similar ocorre nos EUA. O próximo passo da política monetária será aliviar o choque de juros para ajudar o sistema financeiro a se equilibrar.

Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e

na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Bancos Centrais podem reduzir taxas de juros para aliviar crise de crédito

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Crise em bancos estrangeiros traz dilema monetário (Editorial)

Desde a quebra do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank dias atrás, o mundo passou a seguir os movimentos das autoridades americanas para desarmar o risco de uma crise bancária com desdobramentos globais. Do outro lado do Atlântico, o Credit Suisse, considerado um dos 30 bancos críticos para o sistema financeiro global, revelou estar em apuros e recebeu socorro de US\$ 54 bilhões do banco central suíço. As medidas tomadas por americanos e suíços enfraqueceram os prognósticos catastrofistas.

Ainda assim, a situação exige cautela e tornou evidentes desafios de regulação e política monetária.

As dúvidas começaram a ser respondidas ontem pelo Banco Central Europeu (BCE). Ao manter o aumento previsto na taxa de juros da Zona do Euro -de meio ponto, para 3% -, o BCE transmitiu um recado de que não vê risco de contágio no sistema financeiro a ponto de mudar a política de combate à **inflação**. Os olhos se voltam agora para a decisão do Fed na semana que vem.

É uma decisão menos evidente.

As duas quebras nos Estados Unidos foram a segunda e terceira maiores do país. Não se comparam à do Lehman Brothers, que desencadeou o colapso financeiro de 2008, mesmo assim traduzem uma realidade volátil. O pânico para sacar dinheiro do SVB foi provocado porque seus gestores fizeram uma aposta equivocada na manutenção dos juros em níveis baixos. Quando o Fed começou a elevá-los para combater a **inflação**, o banco ficou numa sinuca.

As medidas anunciadas pelas autoridades americanas desanuviaram a tensão.

Mesmo depósitos acima dos US\$ 250 mil garantidos por lei estarão cobertos.

O objetivo é evitar dúvidas entre correntistas de outros bancos médios.

Foram criados mecanismos para elevar a liquidez bancária, de modo a evitar novas corridas. Mas isso não encerra o assunto. O SVB faliu por manter seu capital em títulos de longo prazo do Tesouro americano (prefixados).

Com a alta dos juros no curto prazo, o valor desse capital caiu. Vários outros bancos têm problema similar. O First Republic teve de receber ontem US\$ 30 bilhões para fugir da falência.

A situação cria para o Fed um dilema, que economistas têm chamado de "dominância financeira". Continuar a aumentar os juros certamente criará novas dificuldades para o sistema financeiro.

Ao mesmo tempo, o núcleo da **inflação** americana continua alto, ao redor de 5,5%. Se aliviar os juros para fortalecer o sistema financeiro, o Fed colocará a própria credibilidade em risco e semeará **inflação** futura, cujo combate depois exigirá altas ainda maiores.

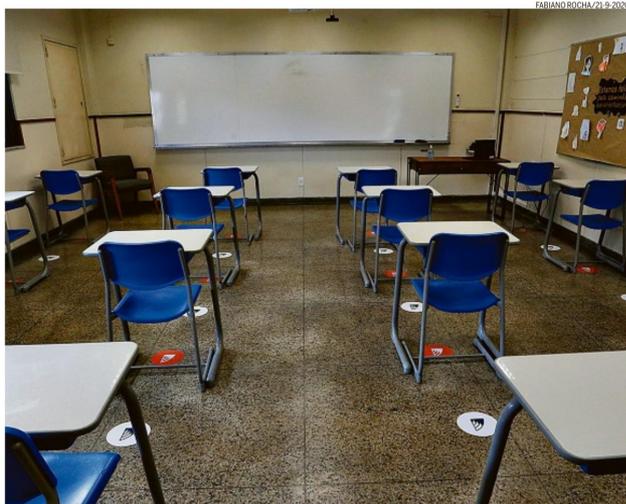
Os grandes bancos americanos hoje têm baixa exposição ao risco, em razão dos mecanismos de controle implementados desde 2008. Mas ficou clara a necessidade de aperfeiçoar a regulação dos bancos menores, como o SVB, agraciados com um afrouxamento das regras no governo Donald Trump. Eles também devem ser submetidos a supervisão, pois também oferecem risco.

No Brasil, o risco de contágio é reduzido.

Aqui, a esperança do governo está no curto prazo: se o Fed relaxar o combate à **inflação**, o cenário poderá permitir ao nosso Banco Central derrubar os juros mais cedo. Lá, a esperança é a oposta: que as medidas adotadas para garantir a estabilidade evitem quebraadeiras sem exigir que o Fed esmoreça na luta contra a **inflação**. É uma esperança sensata. Também no Brasil seria péssimo se o resultado da crise fosse uma **inflação** global mais duradoura.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Investir em educação é urgente para avanço do PIB, mostra estudo



Salas vazias. Com a pandemia e o fechamento das escolas, a qualidade do aprendizado desabou, deixando o país mais atrasado

GLAUCE CAVALCANTI glauce@oglobo.com.br -

No pós-pandemia, a agenda de investimento em educação básica é ainda mais urgente no Brasil, segundo a "Síntese de evidências: educação e crescimento econômico", elaborada pela FGV EESP Clear, a Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. A qualidade da educação é premissa de efeito direto em geração de emprego, redução de homicídios, produtividade do trabalhador e crescimento econômico.

A qualidade do capital humano é chave para o avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país, mostra o estudo.

O levantamento reúne os principais resultados de pesquisas acadêmicas que tratam da correlação entre qualidade da educação e crescimento econômico. Cita como exemplo uma comparação entre Brasil e Coreia do Sul que, na década de 1960, tinham patamares similares de **PIB** per capita. De lá para cá, os asiáticos investiram em educação. Atualmente, o **PIB** per capita coreano equivale a mais de três vezes o brasileiro.

Antes da Covid-19, o Brasil já enfrentava desafios para o crescimento econômico devido à qualidade da educação básica no país. No pós-pandemia, porém, essa lacuna se intensificou.

-O Brasil já vinha nas últimas posições, atrás de 100% dos países desenvolvidos e mesmo de outros emergentes, em resultado do Pisa (Programa

Internacional de Avaliação de Estudantes). Já era uma situação bem difícil. A pandemia piorou isso de forma monumental.

É cada vez mais importante o Brasil investir em qualidade da educação, sobretudo na básica, com foco na primeira infância, o que trás ganho de qualidade para o resto da vida -explica o economista Gabriel Weber Costa, que integra o estudo coordenado por André Portela Souza e Lycia Lima.

O Pisa, assim como o Trends in International Mathematics and Science Study (TIMSS), mede a qualidade do ensino. É visto como um parâmetro relevante porque vai além da mensuração restrita a anos de escolaridade e taxas de matrícula ou alfabetização. Ela avalia as habilidades adquiridas, segundo o economista.

RETROCESSO

Na prática, quanto menos o Brasil investir em qualidade da educação mais para trás ficará em capacidade de crescimento econômico.

- O capital humano é essencial para o crescimento econômico. Tomando o Pisa como base de comparação, um aumento de um desvio-padrão na nota média dos alunos leva a um crescimento médio anual de 1,5 ponto percentual para o país. Ou seja, o Brasil precisa ter resultado médio mais alto, melhorando habilidades cognitivas dos estudantes porque isso mede a qualidade da educação e do capital humano -destaca Costa.

O país, contudo, está bem no Índice de Capital Humano do Banco Mundial, citado pelo estudo da FGV EESP Clear.

Ele mostra que, mantido o ritmo recente de avanço brasileiro em capital humano, seriam necessários dez anos para alcançar o nível do Chile. Para chegar ao patamar de Portugal e Japão levaria 30 anos. E, mais: se o Brasil garantisse educação e saúde de qualidade à toda a população, teria um **PIB** per capita 66% maior.

O problema é que o desafio de melhorar a educação básica teve lacunas aprofundadas na pandemia. O estudo sublinha que houve "um retrocesso sem

precedentes" no aprendizado dos alunos no período em que vigorou o ensino a distância.

O nível de proficiência dos alunos do 9º ano do ensino fundamental em matemática retrocedeu ao de 2015; em língua portuguesa, ao patamar de 2017, segundo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2021 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/Ministério da Educação).

-É preciso investir em políticas de educação transversais, que alcancem as crianças em fase de alfabetização, mas também os jovens adultos para avançar em habilidades técnicas e socioemocionais. É preciso ter metodologias e investimento inteligentes em capital humano para ao menos recuperar a trajetória anterior à Covid e acelerar -diz Costa.

Entre 2019 e 2021, a parcela de crianças de 6 a 7 anos que não sabe ler e escrever subiu mais de 15 pontos percentuais, ou mais de um milhão, segundo o Banco Mundial de 2022.

O risco de evasão saltou.

Estudo de Hanushek e Woessmann, de 2020, diz que a perda de aprendizagem equivalente a dois terços do ano letivo está associada a corte de US\$ 4,3 trilhões do **PIB** do Brasil até o fim do século.

"Já era uma situação bem difícil. A pandemia piorou isso de forma _monumental" Gabriel Weber Costa, economista que é um dos autores do estudo

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fazenda define ações para apoio ao agro



O subsecretário Gilson Bittencourt: apoio à produção para baratear alimentos

Rafael Walendorff De Brasília

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) está no foco dos desafios do novo subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt. Ele quer resgatar parte dos pequenos produtores que deixaram de acessar o crédito rural oficial nos últimos anos e propor alternativas para que o sistema financeiro fomente a produção de mais alimentos no país e as práticas sustentáveis no campo.

A equipe econômica do governo também quer encontrar fontes de recursos mais baratas para o crédito rural em geral e direcionar a aplicação do dinheiro para produtos e regiões específicas. Uma das missões é contribuir para a redução da **inflação** do país, o que demandará ações de incentivo à produção de alimentos que cheguem mais baratos à mesa do consumidor.

Estudos iniciados em Brasília miram também formas de incentivar spreads bancários mais baixos para determinadas operações, a simplificação dos financiamentos a juros livres e a exigência de previsibilidade por parte das instituições financeiras da programação de aplicação dos limites equalizáveis para tentar evitar o esgotamento precoce da subvenção federal nos Planos Safra.

Bittencourt quer um diagnóstico para quantificar os

agricultores familiares que deixaram de acessar o Pronaf, mas que continuam na atividade produtiva e podem ser reinseridos no processo de financiamento.

Os motivos para a exclusão desses produtores ao longo do tempo são diversos e complexos, ressaltou ele, mas precisam ser compreendidos para que o governo possa apontar alternativas de inclusão.

"A nossa primeira agenda é resgatar parte dos agricultores familiares que ao longo dos últimos anos vem sendo excluídos do crédito rural, seja por algum problema de burocracia, de inadimplência, dificuldade de comprovar documentação", disse em entrevista ao Valor.

O maior público atendido na histórica do Pronaf foi na safra 2006/07, com 2,53 milhões de contratos e aplicação de R\$ 7 bilhões.

Em 2021/22, foram realizadas 1,4 milhão de operações, com desembolso de R\$ 41,4 bilhões. O valor financiado no período aumentou quase 500%, mas o número de contratos caiu 45% e o tíquete médio dos financiamentos evoluiu 963%, segundo dados do subsecretário.

Além disso, mais de 80% dos recursos emprestados no ciclo passado foram para a produção de soja, milho e trigo e a criação de gado, e não para o cultivo de produtos da cesta básica, por exemplo.

"O crédito passou a ser um produto quase "standardizado", de prateleira, não é analisada mais cada situação.

Existem pacotes prontos nas instituições financeiras para as culturas de commodities, o que não acontece para alimentos específicos ou regionais", disse." O fato de as instituições financeiras privilegiarem quem tem mais renda, quem produz commodities, é processo do sistema financeiro. O desafio do governo é como entrar no debate, como enxergar as especificidades internas e tentar agir", destacou.

Para tentar resolver a questão, o subsecretário deve propor alternativas na execução do Pronaf, algumas delas já aplicadas anteriormente, mas que foram extintas. A discussão passa pela simplificação de normas, melhor interlocução entre os projetos de assistência técnica e a destinação dos financiamentos e até melhorias no spread cobrado pelos bancos, com a possibilidade de bônus ou preços diferenciados do

Custo Administrativo e Tributário (CAT) para instituições financeiras que operam com determinados públicos, regiões e produtos.

Bittencourt lembra que o Pronaf era dividido pelos segmentos A, B, C, D e E, a chamada "sopa de letrinhas".

Com isso, as instituições financeiras eram obrigadas a direcionar recursos equalizados para determinadas operações, o que acabou extinto. O subsecretário entende que é necessário pensar em formas de direcionamento para incluir novos públicos, por região e por faixa de renda. "Se ninguém falar que vai fazer financiamento em determinada região, o governo precisa planejar algo. Se eu não fizer isso, não adianta chorar as mágoas depois, pois não exigi que ninguém atendesse", analisou.

Nenhuma medida está definida, diz ele, e as decisões serão tomadas em conjunto com os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, além do Palácio do Planalto.

Mas a Fazenda vai ser mais propositivo nessa gestão. "Não é uma agenda simples. Quanto melhor se alocar a subvenção, quanto mais se conseguir usá-lo para incentivar a inclusão, a sustentabilidade e produção de comida barata, melhor".

Todo o processo está intercalado com a promoção da sustentabilidade no campo e o papel do crédito rural no incentivo à adoção dessas práticas, afirma. Ele defende o entendimento de "propriedade sustentável", como empacotamento e articulação das técnicas utilizadas, como plantio direto, uso de bioinsumos, energia renovável e tratamento de dejetos animais, e da preservação.

Mas admite que não será fácil.

"O desafio é como colocar isso tudo no entendimento da propriedade sustentável e como entro com o crédito nisso", afirmou. "É simples dizer que vou financiar somente produção sustentável, mas quem vai fiscalizar? Vou ter que dar mais essa atribuição à instituição financeira?"

Se ela fizer isso, fica mais caro ou mais difícil o acesso ao crédito".

Bittencourt ressaltou que o governo não vai "travar" o acesso ao crédito com a introdução de várias exigências, mas que é um processo de educação e conscientização dos produtores e dos financiadores. "Na linha do ministro [Fernando Haddad], queremos rumar para o desenvolvimento sustentável, mas fazer isso de tal forma que consigamos melhores

indicadores em termos de sustentabilidade sem detonar a produção.

Um pouco de pressão, de exigência, mas com conscientização".

Gilson Bittencourt foi nomeado para o cargo no fim de fevereiro.

Engenheiro agrônomo, ele foi secretário de Planejamento e Investimentos do Ministério do Planejamento entre 2015 e 2016 e secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 2003 a 2011, período em que já atuou nos temas de política agrícola e na construção dos Planos Safra. Ele também foi secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário de 2001 a 2002 e passou pela Casa Civil entre 2013 e 2014.

Selic elevada pode adiar plano de direcionar juro subsidiado a pequeno produtor

O subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, afirmou que o ideal para o governo seria direcionar o orçamento da equalização de juros do Plano Safra nas operações em geral para pequenos (Pronaf) e médios produtores (Pronamp) e apenas em parte dos programas de investimentos da agricultura empresarial.

O cenário de Selic alta, porém, pode adiar um pouco os planos.

Quase metade dos recursos desembolsados na safra passada - R\$ 134,3 bilhões dos R\$310,8 bilhões- já foi de fontes com juros livres. Para abrir mão da equalização ao custeio empresarial, no entanto, o governo quer antes encontrar mais fontes de crédito para o setor e mais baratas.

Além da estabilidade para os produtores, o movimento abre espaço para fortalecer o atendimento à inclusão produtiva no Pronaf.

"Isso sinalizou que com taxa livre e fonte mais barata dá para ter taxa aceitável para determinados setores, o que ajuda na conta.

Quanto mais dinheiro de fonte mais barata, menos ele vai custar na ponta e menos intervenção será necessária do poder público, que poderá jogar a atuação para o primeiro público [Pronaf]", disse Bittencourt. Hoje, a fonte mais barata de captação de recursos é a poupança rural, com 70% da Selic, atualmente em 13,75%.

O subsecretário disse que o teto do custo de captação

para emprestar ao agro precisa ser a taxa básica de juros, mas o ideal é que seja menor.

Com isso, a tendência de queda projetada para a Selic no médio prazo para uma faixa próxima de 8% ao ano pode garantir financiamentos próximos de 10% novamente, a depender do spread bancário, estimado em cerca de 4%.

"É lógico que a taxa de juros é importante para os investimentos, mas para o custeio, tão importante quanto a taxa ou até mais importante, é ter acesso ao recurso. Precisamos ter fontes mais baratas para que, somada ao spread, possamos dar uma taxa final positiva aos produtores", apontou Bittencourt.

Para o próximo Plano Safra 2023/24, ele quer exigir que as instituições financeiras que receberão limites equalizáveis do Tesouro Nacional apresentem as propostas com a programação de distribuição e aplicação dos recursos ao longo do ano-safra. A intenção é evitar o esgotamento precoce e o fechamento de linhas importantes com poucos meses, que tem ocorrido nos últimos anos, e melhorar o controle do governo para possíveis movimentos para atender demandas reprimidas.

Bittencourt disse que, nesse momento, o foco da sua equipe está mais nos remanejamentos de recursos do Plano Safra em vigor do que na busca por suplementação, devido à restrição orçamentária.

"Não tem recurso adicional para nova equalização", disse. O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, negocia uma complementação de R\$ 1,03 bilhão com aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O subsecretário prevê que o custeio antecipado será um pouco menor neste ano, já que não há "sinalização" no mercado de que as taxas de juros para o crédito rural vão subir. A queda nos preços dos insumos também influencia o movimento. "Não estou dizendo que a taxa não vai subir, mas existe essa tendência".

Bittencourt apontou ainda uma preocupação com os custos para contratação de programas de gestão de riscos climáticos. Segundo ele, é preciso explicitar a taxa de equilíbrio de cada cultura no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para entender melhor os riscos e onde estão sendo aplicados os subsídios nessas políticas. No caso do Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR), ele aponta a necessidade de avaliar a atuação das resseguradoras no mercado e retomar o debate sobre o uso do Fundo de Catástrofe.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187494>

Desembolsos do Pronaf

Plano Safra 2021/22

■ Valor (em R\$ bilhões)



■ Contratos (em mil)



Total **41,4**

1.428,5

■ Operação de custeio do Pronaf

Por atividade em 2021/22

Produto	Contratos (em mil)	Valor (em R\$ milhões)	Participação (em %)
Bovinos	225,2	9.524	38,2
Soja	91,4	5.229	21,0
Milho	91,1	3.494	14,0
Trigo	37,6	2.094	8,4
Café	29,8	1.365	5,5
Cebola	4,7	419	1,7
Feijão	6,0	311	1,2
Arroz	3,5	262	1,1
Agro artesanato	11,6	61	0,2
Demais 131 produtos agrícolas	35,8	1.761	7,1
Demais 11 atividades pecuárias	13,2	416	1,7
Total agrícola	308,3	14.979	60,1
Total pecuário	242,1	9.961	39,9
Total geral	550,4	24.941	100

Fontes: Sicor/Banco Central em 22/10/2022 e Ministério da Fazenda